

## Três perguntas em início de século

---

1. Que prática ou modelo de avaliação existe actualmente nas escolas portuguesas? O que está a ser feito nesse domínio?
2. Esse modelo é ou não posto em causa com a publicação do 'ranking' de escolas?
3. Quais as implicações que poderão advir da publicação do 'ranking' para professores e alunos?

1. A Inspecção Geral da Educação tem vindo a realizar acções de avaliação nas escolas onde os parceiros educativos têm participado, dado a opinião e intervido. Porém, as práticas diárias de avaliação estão ainda muito aquém do desejável na medida em que são realizadas apenas pelos professores. Nem sempre se consegue que a comunidade educativa participe desse processo. Nesse sentido, há ainda muito fazer no que respeita ao aprofundamento do processo de avaliação, principalmente no que respeita à vertente da participação. Pensamos que nele deveria incluir-se os alunos - talvez o elo mais importante dos parceiros educativos -, sem esquecer os encarregados de educação e as próprias autarquias.

2. Na nossa opinião, se os resultados forem tratados e publicados em formato de ranking é posto em causa este último modelo que referi, que é mais abrangente e procura incluir outras envolventes do processo de avaliação. A "concorrência" entre escolas até pode funcionar de uma forma positiva, mas nunca de acordo com este modelo.

3. Uma das principais consequências que poderão advir da publicação dos rankings é levar professores e alunos a trabalhar em função das notas, quando hoje em dia é um facto adquirido que a formação do aluno não deve resumir-se a essa faceta. A avaliação continuada mantém-se, sem dúvida, como a melhor forma de avaliar. Além disso, a publicação de um ranking pode contribuir decisivamente para a desmotivação das comunidades escolares, já que esta forma de avaliação não reconhece o esforço e o empenho dos diferentes agentes, em especial de professores e de alunos. É reconhecido que um determinado grau de empenho pode corresponder a um determinado resultado numa escola e não resultar da mesma forma numa outra. Os contextos em que elas se inserem são determinantes nesse resultado.

**Vitor Sarmento**  
Presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap)

1. As escolas portuguesas (sem contudo generalizar) reflectem pouco sobre as suas práticas. O modelo ou não existe ou é pouco fiável - (leiam-se as dificuldades encontradas pelo autores do estudo realizado pela Comissão de Avaliação Externa).

2. A única virtude do ranking é ter obrigado as escolas a reflectirem mais seriamente sobre os seus contextos e sobre todo este "darwinismo" social que se vem instalando, e que se sobrepõe ao que constitucionamente está definido. As leis do mercado não podem aplicar-se a um assunto tão importante como a Educação.

3. Poucas dada a falta de controlo das variáveis em jogo. A "publicidade" não traduz correctamente a situação vivida nas escolas. A escola pública, sobretudo nas grandes cidades, já, há muito, deixou de ser o local em que a maioria dos pais com algum desafogo económico coloca os os filhos a estudar. E o descrédito é, por vezes, evidente na atitude de alguns docentes do ensino público ao colocarem os seus filhos no ensino privado.

**António Gomes**  
Presidente do Conselho Executivo  
Escola Secundária Oliveira Martins, Porto

1. O que actualmente está consignado, em termos de avaliação das aprendizagens consta de um discurso centrado nas valências formativas da avaliação - considerando-a o elemento regulador do ensino e da aprendizagem ? e realçando a importância de a educação escolar promover a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes. Todavia, não é de hoje o facto de os discursos oficiais sobre a educação escolar assumirem, no nosso país, a forma de uma comunicação paradoxal em que os articulados das leis desmentem, formalmente, as intenções manifestadas nos respectivos preâmbulos. No caso da avaliação, esta comunicação paradoxal é ainda mais notória, já que as valências formativas da

avaliação ficam abafadas pela enorme investida avaliativa sobre as escolas que se verifica ultimamente: para além das aprendizagens dos alunos e do desempenho dos professores, realiza-se a avaliação integrada das escolas (pela IGE) e a avaliação aferida que tem servido não só para hierarquizar o trabalho dos professores, mas também polarizar as preocupações educativas em torno da leccionação e verificação de conhecimentos relativos a Português e Matemática, disciplinas a partir das quais se vai construir todo o discurso valorativo do trabalho docente. Deste modo, simbolicamente, desvaloriza-se qualquer investimento que não seja cognitivamente reconhecível nem passível de ser inscrito nos domínios das supra-citadas disciplinas. Existem, ainda, os rankings que hierarquizam as escolas e resultam de uma contabilidade simplista feita em função das classificações obtidas pelos alunos, em provas externas.

Estas investidas avaliativas têm como consequência um acréscimo de importância conferida aos conteúdos disciplinares ? elemento dos programas que é inquirível através de um procedimento do tipo examinação - e correlativo desvalor atribuído às aprendizagens não sujeitas a, ou não passíveis de prestação de provas segundo o figurino da prova global final ou do exame externo. Assim, as valências formativas expressos nos discursos preambulares dos decretos resultam completamente contraditórias e ultrapassadas.

2. Os rankings que hierarquizam as escolas devem ser analisados concomitantemente com as avaliações a que já me referi e que visam o controlo do sistema, mais do que a sua regulação. Creio que uma das principais implicações desta investida avaliativa sobre as escolas e os professores se situa a nível da gestão da identidade destes profissionais, configurando um processo de controlo dissimulado do seu trabalho. A existência de um discurso oficial que acentua a ideia de desempenho, a individualização do trabalho e a criação de hierarquias entre o tipo de trabalho desenvolvido, «empurra» os professores para o desempenho de papéis sujeitos a diversas imposições que controlam a priori a sua profissão, tais como as precisões em termos do tipo de avaliação de desempenho a que têm de se sujeitar, e do tipo de formação que devem cumprir, e a posteriori, por via dos resultados obtidos pelos seus alunos através dos exames externos nacionais, da avaliação aferida e da avaliação integrada das escolas, levada a efeito pela IGE. Isolados e pressionados pela crescente regulamentação em torno do seu ofício, que o torna cada vez mais burocratizado e mais conformizado, os professores vão ficando mais vulneráveis e permeáveis à regulação, entendida enquanto controlo da sua profissão.

**Manuela Terraseca**

Investigadora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UP